



Introdução: O fazer-se da Grande Agro- Aceleração

**Histórias transnacionais e globais da modernização agrícola
no Brasil (desde 1940)**

Claiton Marcio da Silva, Universidade Federal da Fronteira Sul,
Brasil

Jó Klanovicz, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil

Daniel Dutra Coelho Braga, Universidade de São Paulo, Brasil

Com a emergência da noção de Antropoceno na década de 2000 e sua apropriação e consolidação em uma agenda acadêmica multidisciplinar na década seguinte, parte da comunidade de historiadores pode reconsiderar conceitos e abordagens que pareciam consolidados no contexto pós crise epistemológica (Munslow, 2009). Entre desafios e oportunidades apresentados pelo Antropoceno à tradição acadêmica da História, novas questões começaram a ser colocadas sobre a ideia de escala, de agência, de arquivos, em compasso com giros como o decolonial, o ético-político, o pós-humanista e o geológico (Rangel, 2019; Hamilton/Bonneuil, 2015). A comutação de conceitos, protocolos e abordagens que envolvem essas diferentes noções pouco exploradas anteriormente, materializou-se na modificação de programas de análise, retroalimentada pela aceleração tecnológica proporcionada pela difusão online dessas novas formas do fazer historiográfico e novas narrativas. Como exemplo, a escrita pós-colonial sul-asiática ou decolonial latino-americana, mesmo contando com uma certa aprovação de instituições e grupos intelectuais do Norte Global, foram percebidas pela ‘comunidade global dos historiadores’ como maneiras de abordar novos temas, fontes e narrativas nas já consolidadas tradições da história social ou cultural. Para além da crítica ao colonialismo incorporada na historiografia a partir dos estudos de Edward Said e Gayatri Spivak, ou nas reflexões de Walter Dignolo e Maria Lugones (Bhambra, 2014), outros campos ganharam impulso com o advento do Antropoceno, promovendo novas leituras em história ambiental, história das ciências e, em menor grau, história da agricultura. Embora a história das ciências já conte com uma tradição de quase um século, a parte dela voltada à análise dos (des)encontros entre ciência e tecnologia com o mundo natural passou a produzir uma interlocução primorosa a partir da consolidação da história ambiental – o que, por sua vez, parece obliterar a antes imponente história da agricultura. Como nos lembra a historiadora Veronika Settele (2021: 527), com o declínio da importância econômica da agricultura em países industrializados, a história da agricultura vem perdendo território na historiografia¹, embora devesse ganhar maior espaço no Sul Global. Tais deslocamentos observáveis historiograficamente exemplificam que, durante essa era em que nomeamos antropocentricamente a experiência humana no planeta, muitas áreas do

¹ Apenas como um comentário para reforçar o ponto de Settele, entre Maio e Dezembro de 2021 o site especializado em vagas de emprego, doutorado e pós-doutorado H-net registrou 20 vagas em estudos das ciências, 12 vagas relacionadas aos estudos ambientais, e somente um em estudos agrários (<https://www.h-net.org/jobs/job_browse.php>).



conhecimento vêm aceitando o desafio de pensar fenômenos e mesmo campos interpretativos a partir da agenda do Antropoceno e de maneira crítica; ou melhor, intelectuais de diversas áreas do conhecimento vêm construindo percepções (g)localmente pertinentes de questões antes pertencentes aos círculos acadêmicos da Europa Ocidental ou da América do Norte. Parte importante dos historiadores entenderam a oportunidade de diálogo e, desde então, engendram novas dissonâncias na partitura do concerto global.

O lançamento do livro *The Great Acceleration* de John McNeill e Peter Engelke (2016) marcou inflexão importante na percepção da tarefa dos historiadores frente ao Antropoceno – um conceito marcado pela interdependência global e que, por isso mesmo, pode trazer problemas analíticos. Talvez ainda não tenhamos entendido como a concretude de agendas como o Antropoceno ou a Grande Aceleração impuseram ao fazer historiográfico, não apenas em termos conceituais ou de escalas, mas também no que se refere ao uso das fontes e à própria teoria do conhecimento histórico. Se em mais ou menos um século e meio nosso campo de estudos históricos já questionou a narrativa dos grandes heróis e a predominância dos documentos oficiais na elaboração de nossos textos; se já questionamos se a história é necessariamente uma lição – *magistra vitae* – e se já incorporamos vozes dos excluídos como prática historiográfica, entre tantas outras inovações, o Antropoceno e Grande Aceleração nos lembram que esse ainda é um momento de continuarmos refletindo sobre nosso ofício e especialmente sobre as fronteiras da escrita da história. Cautelas apresentadas criticamente por autoras como Kate Soper em relação aos exageros do *linguistic turn*, servem para lembrar que o buraco na camada de ozônio não é apenas uma representação, uma percepção ou discurso: “It is not language which has a hole in its ozone layer; and the real thing continues to be polluted and degraded even as we refine our deconstructive insights at the level of the signifier” (Soper, 1995: 151). Assim, pensar história antropocenicamente implica contemplar novas (i)materialidades que precisam ser tomadas como fonte de análise ou, como pretendem McNeill e Engelke, analisar a grande aceleração dos ciclos biogeoquímicos e seus impactos no planeta, nos humanos e não-humanos.

Com algumas dessas questões em mente, propomos esse dossiê para a revista *Diálogos Latinoamericanos*, intitulado ‘O fazer da Grande Agro-Aceleração: cooperação transnacional e programas de modernização agrícola’, ressaltando o papel da cooperação técnica transnacional na transformação da agricultura tradicional em agricultura industrial.

Recentemente, a publicação *Feeding the world: Brazil's transformation into a modern agricultural economy* de Herbert Klein e Francisco Vidal Luna (2019) sintetizou como o Brasil em particular, mas também a América Latina, lidaram com um passado colonial em busca de ideais de modernidade – e a partir da agricultura são percebidos na cadeia econômico-alimentícia global como *players* fundamentais, mesmo que subalternizados. Essa imagem obliterada de ‘grande fazenda’ provedora de alimentos para o mundo, por outro lado, também repercute as crises ambientais provocadas em parte pelo aumento do desmatamento ou pelas crises hídricas – entre tantos outros exemplos possíveis. Talvez as novas crises ambientais dos últimos anos auxiliem os historiadores urbanizados a reinterpretar a América Latina não exatamente como uma área desejosamente urbanizada pois, se pensarmos a partir do Antropoceno e da Grande Aceleração, as emissões de CO₂ a partir da agropecuária representam 73% do total emitido no Brasil de 2020 (e já chegou a 83% em 2005, ou seja, 2,2 bilhões de toneladas) (Canal Agro, 2021).

Portanto, se é a partir do meio rural que se fez a industrialização e é a partir do meio rural que a América Latina se integra à complexa aceleração dos ciclos



biogeoquímicos, bem ou mal, precisamos analisar criticamente as engrenagens desse esparso e complicado sistema.

Neste dossiê, demonstramos como a cooperação técnica transnacional operou de maneira complexa na construção de modernidades possíveis para a América Latina. Se grande parte do território foi representado como atrasado até o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mesmo não se pode dizer da atualidade, onde maquinário e insumos de última geração operam simultaneamente com práticas trabalhistas dos tempos coloniais. Portanto, nosso objetivo aqui foi, antes de qualquer coisa, mapear e discutir o impacto dos vários programas de desenvolvimento agrícola na América Latina, realizados a partir de cooperação transnacional. De forma geral, muitos desses programas não são conhecidos ou avaliados pela historiografia agrária, agrícola, rural ou ambiental da América Latina, assim como seus impactos na estrutura agrária, na institucionalização de projetos, na mudança da paisagem, nos usos dos solos. Por isso a necessidade de um amplo diálogo entre a história das ciências e do meio ambiente com a história da agricultura – uma história da Grande Agro-Aceleração – nos faz retomar o projeto quase que esquecido, porém importante, da história da agricultura a partir de novas perspectivas.

É fundamental, nesse propósito, é a influência dos Estados Unidos nesses esforços de cooperação, principalmente durante e após a Segunda Guerra Mundial. Para o texto ‘Transforming Brazilian agriculture: the experience of the Brazilian-American Commission for the Production of Foodstuffs, 1942-1945’, o historiador norte-americano Earl Richard Downes se utilizou de uma vasta literatura e de fontes primárias pouco conhecidas pelos historiadores brasileiros para abordar a Brazilian-American Commission for the Production of Foodstuffs, entre os anos de 1942 e 1945. Sua narrativa nos guia sobre como os governos tanto brasileiro quanto norte-americano responderam às pressões da Segunda Guerra Mundial e alteraram fundamentalmente o curso do desenvolvimento agrícola do Brasil. Em função dos receios de uma guerra europeia no final dos anos 1930, a liderança política brasileira se convenceu de que a colaboração com os Estados Unidos seria essencial para impulsionar a produção de produtos agrícolas e extrativistas brasileiros. Em seu texto, Downes demonstra que a busca mútua de formas de aumento da produção agrícolas e extrativistas criou um importante incentivo para a cooperação em tempo de guerra. Com isso, a importação de conhecimentos técnicos e equipamentos dos Estados Unidos tornou-se a principal opção para os planejadores econômicos brasileiros, ao mesmo tempo em que a garantia do apoio do Brasil emergiu como uma prioridade política para a administração Roosevelt. Enquanto a comissão conjunta de produção de alimentos foi concebida como um instrumento para auxiliar a produção de borracha na Amazônia, o governo Getúlio Vargas a transformou em um importante subsídio binacional para o Nordeste brasileiro. Também, os esforços do Ministério da Agricultura e da comissão para introduzir até mesmo implementos agrícolas rudimentares aceleraram a substituição tecnológica e marcaram o início do apoio para o cultivo mais intensivo em capital. Por fim, o autor argumenta sobre as intenções do governo brasileiro na criação e manutenção de vínculos entre a agricultura nacional com os Estados Unidos, à medida que os brasileiros se davam conta dos benefícios potenciais para o país a partir da revolução agrícola em curso na América do Norte.

O artigo “Awakening the Sleeping Beauty”: Brazil’s vision of a modern agriculture and the Role of the Office of Inter-American Affairs under Nelson Rockefeller’, da historiadora Ursula Prutsch aborda um tema bastante conhecido dos estudos de relações internacionais no Brasil, mas de uma perspectiva diferenciada: o papel da instituição norte-americana de guerra Office of Inter-



American Affairs (1940-45) nas políticas de modernização do Brasil durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. Com um forte diálogo com outros textos desse mesmo dossiê, Prutsch analisa na primeira parte de seu artigo as utopias de modernização do Brasil desde o final do século XIX – conceito de construção da nação com sua ‘Marcha para o oeste’, a integração do sertão na nação. Posteriormente, a autora descreve a estrutura e as estratégias do Escritório de Assuntos Interamericanos (OIAA) e seus objetivos de mobilizar o maior número possível de recursos naturais para o esforço de guerra. O fornecimento de alimentos para as Forças Aliadas e tropas americanas no Brasil, e para os mineiros e coletores de borracha, compreendeu as tarefas mais eminentes do OIAA, cujas políticas agrícolas no Brasil são os tópicos da terceira seção, enquanto a última seção destaca que as políticas americanas de modernização agrícola no Brasil foram muito além da Segunda Guerra Mundial.

No artigo intitulado ‘Cooperação técnica Brasil-Estados Unidos e a extensão rural: a criação das bases do Sistema ABCAR (1953-1958)’, os pesquisadores Felipe Loureiro e Lucas Guardiano discutem um tema fundamental para a Grande Agro-Aceleração brasileira: a introdução em nível nacional de extensão rural através do Sistema ABCAR, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, observando o papel da diplomacia dos norte-americanos nesse processo. Loureiro e Guardiano demonstram como atores fundamentais para esse processo foram obliterados – ou não tiveram a discussão que merecem – por parte da historiografia agrária, das relações internacionais ou história da agricultura. Exemplo disso são programas como o Ponto Quatro – a diplomacia geopolítica de Harry Truman – e o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), que tiveram influência decisiva na consolidação da ABCAR. Como os autores demonstram, ‘a ABCAR representaria a consolidação, em nível nacional, do projeto extensionista iniciado por Rockefeller em Minas no final dos anos 1940’ através da American International Association for Economic and Social Development (AIA), e ‘que iria desembocar, nas décadas de 1960 e 1970, em várias instituições de pesquisa e extensão agrícolas no Brasil’. O texto avança de maneira fundamental no debate sobre a consolidação de um paradigma norte-americano – conhecido no Brasil, mas a partir de uma história sem sujeitos – o que faz do texto de Loureiro e Guardiano uma leitura obrigatória para os estudos sobre a ABCAR, o ETA e o papel dos norte-americanos no Brasil.

Em seu artigo ‘A TVA to the Amazon Forest? The making of experts for the development’, o pesquisador Rômulo de Paula Andrade aborda os cursos da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão governamental responsável pelos projetos de desenvolvimento voltados para a Amazônia brasileira. Nos anos 1950, a SPVEA realizou cursos para os especialistas técnicos que iriam trabalhar nos planos de desenvolvimento da região. Em meio a vários projetos de intervenção na Amazônia, o ensino de técnicas modernas de planejamento fora destinado a conferir status técnico às ações empreendidas, para retirar a chamada influência política dos planos. Em meio ao propalado sucesso do Tennessee Valley Authority durante as primeiras décadas do New Deal, seu modelo de controle sobre o mundo natural – controle de inundações, geração de fertilizantes, além de idealizador de políticas de planejamento regional e desenvolvimento econômico –, seria exportado dentro do contexto diplomático do Ponto Quatro. Embora seja um tema influente nas políticas de desenvolvimento regional no Brasil e na América Latina, o TVA permanece como um tema pouco explorado pelos pesquisadores brasileiros e brasilianistas. E exatamente por isso, o texto de Andrade fornece uma discussão pertinente ao utilizar-se de fontes primárias como o programa dos cursos realizados na Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos anos 1950 para os então futuros trabalhadores da SPVEA; também, o



autor se utiliza de relatórios, livros e, materiais publicitários publicados pela própria agência. Através destas fontes históricas, é possível perceber a recepção e adaptação das ideias de planejamento e desenvolvimento que circularam no Brasil durante a Guerra Fria.

O artigo ‘Fruit frontiers: research on feijoa cultivation in Brazil and Colombia’, de Samira Peruchi Moretto, Eunice Sueli Nodari e Rubens Onofre Nodari parte de uma perspectiva interdisciplinar para discutir como os países da América Latina cooperaram com Estados Unidos a partir de projetos que visavam aumentar a produção de *commodities* básicas para abastecer o mercado internacional. Como resultado, o espaço para as práticas agrícolas dos camponeses rurais e para o cultivo de alimentos fora da lógica do produtivismo diminuiu consideravelmente com o tempo. Essas práticas alternativas foram mantidas de forma periférica, incluindo a produção de frutas nativas, entre elas a feijoa (*Acca sellowiana*). Neste artigo, os autores discutem como os avanços na pesquisa científica e na produção dos pequenos agricultores, ao invés de políticas públicas, favoreceram o cultivo da feijoa no Brasil e na Colômbia. Os cientistas apoiaram o incremento da produção e produtividade de uma espécie frutífera que permaneceu à margem da agricultura industrial, baseada na ciência. Estes países estiveram sob forte influência internacional para adotar planos destinados a modernizar seu setor agrícola. Apesar de estarem à margem desses planos de desenvolvimento e de receberem poucos subsídios financeiros diretos, a pesquisa sobre a feijoa prosseguiu ao longo do tempo. Finalmente, o artigo demonstra que, enquanto a Colômbia produz monoculturas de feijoa para exportação, o cultivo no Brasil permanece incipiente e limitado às pequenas propriedades.

Trazendo uma contribuição entre Oriente e Ocidente, o artigo ‘A Great Agro-Acceleration by proxy: the Japan International Cooperation Agency in South America’, do historiador Jó Klanovicz, discute a atuação da Japan International Cooperation Agency (Jica) na construção de uma grande agro-aceleração japonesa na América do Sul, firmada a partir da segunda metade do século XX. Essa agência estabeleceu cooperação a partir do investimento de recursos financeiros, técnicos e do incentivo da migração de colonos japoneses em áreas consideradas pouco exploradas pelo governo brasileiro. O autor utiliza fontes primárias e secundárias ligadas à agência, tecendo uma análise documental com o intuito de descrever dois processos de cooperação tecidos pela Jica na América do Sul, com ênfase no Brasil: o desenvolvimento da sojicultura no Cerrado e da fruticultura de clima temperado na Mata Atlântica. Em seu argumento, o autor percebe que projetos de larga escala ligados à agricultura em países como Brasil reforçam o papel da Jica na grande aceleração do uso de recursos e da produção de alimentos perfazendo uma história global de circulação de peritos, de dinheiro e de variedades agrícolas da segunda metade do século XX.

De maneira bastante original, esse dossiê apresenta temas, fontes e análises extremamente pertinentes para que o público conheça as engrenagens da Grande Agro-Aceleração – antes celebrada e atualmente considerada como bastante controversa. Os artigos aqui apresentados dialogam entre si e demonstram como o Brasil – mas também a Colômbia e outros países da América do Sul –, estabeleceram intensos debates sobre o futuro da agricultura e de seus próprios recursos naturais no estabelecimento dos projetos de modernidade. Ao lado de alguns dos clássicos originalmente escritos em língua inglesa sobre a modernização agrícola e extração dos recursos naturais no Brasil e na América do Sul – como *With broadax and firebrand* de Warren Dean (1995) e *In search of the Amazon* de Seth Garfield (2013) –, consideramos esse dossiê como uma leitura obrigatória para o entendimento dos



atores humanos e não humanos no processo de consolidação de uma agricultura industrial – e de todos os seus problemas – nessa região do planeta.

Referências

- Bhambra, Gurminder K. 2014. “Postcolonial and decolonial dialogues.” *Postcolonial Studies* 17 (2): 115-121.
- Canal Agro. 2021. “Acordo de Paris: agronegócio reduziu emissões de CO2”, 24 December 2021. Disponível em <<https://summitagro.estadao.com.br/sustentabilidade/acordo-de-paris-agronegocio-reduziu-emissoes-de-co2/>>. Último acesso em 5 May 2022.
- Dean, Warren. 1995. *With broadax and firebrand: the destruction of the Brazilian Atlantic Forest*. Berkeley, Calif.: University of California Press.
- Garfield, Seth. 2013. *In search of the Amazon: Brazil, the United States, and the nature of a region*. Durham e London: Duke University Press.
- Hamilton, Clive; Bonneuil, Christophe; Gemenne, François (eds.). 2015. *The anthropocene and the global environmental crisis*. London: Routledge.
- Klein, Herbert; Luna, Francisco Vidal. 2019. *Feeding the world: Brazil's transformation into a modern agricultural economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McNeill, John; Engelke, Peter. 2016. *The Great Acceleration: an environmental history of the anthropocene since 1945*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Munslow, Alun. 2009. *Desconstruindo a história*. Petrópolis: Vozes.
- Rangel, Marcelo de Mello. 2019. “A urgência do ético: o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia.” *Ponta de Lança* 13 (25): 28-46.
- Settele, Veronika. 2021. “History of agriculture.” In *Handbook of historical animal studies*, organizado por Mieke Roscher, André Krebber and Brett Mizelle, Brett, 525-537. Berlim e Boston: De Gruyter Oldenbourg.
- Soper, Kate. 1995. *What is nature? Culture, politics and the non-human*. Oxford: Blackwell.